

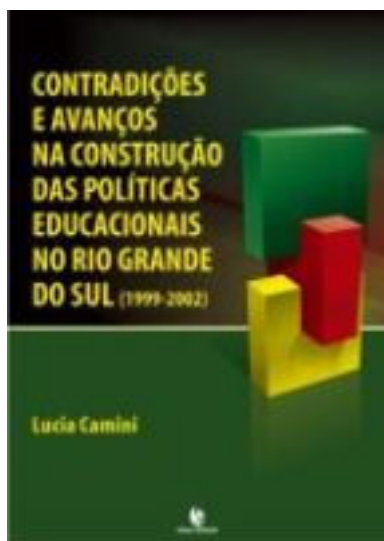
resenha:

CAMINI, Lucia. **Contradições e avanços na construção das políticas educacionais no Rio Grande do Sul (1999-2002)**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, 312p.

Uma experiência de gestão democrática na educação: impasses e avanços no Rio Grande do Sul (1999-2002)

Jani Alves da Silva Moreira *

“A sociedade só se transforma pela luta de classes. Limitar, portanto, uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa. [...]por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente consciente.” István Mészáros



A obra de Lucia Camini é dedicada aos leitores que sonham e lutam para a universalização da educação pública de qualidade e para a superação das desigualdades sociais. A autora foi secretária da educação no Rio Grande do Sul (1999 a 2002) durante o governo popular Olívio Dutra (PT) e posteriormente, fez de sua trajetória pessoal e profissional um processo de pesquisa no mestrado em educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A obra pode ser

caracterizada como um registro histórico de uma gestão popular contra-hegemônica: “constitui-se, acima de tudo, num repensar sobre a ação militante e a prática profissional” (CAMINI, 2010, p.40).

Para dar conta do proposto, a autora inicia o debate conceituando Estado, educação, políticas públicas e federalismo. Camini (2010) reporta-se a uma compreensão pautada em István Mészáros (2002) na qual considera que a função do Estado é intervir nas crises cíclicas da História por meio da adoção de medidas corretivas para resolver as crises produzidas pelo próprio capital.

Ao tratar sobre o conceito da educação na construção da hegemonia, a autora compartilha em Marx (1977), que interpretou no seu tempo histórico, a educação como um instrumento de apoio na organização e na luta do proletariado contra a burguesia. Marx e Engels, mesmo não tendo o foco de suas análises na educação, propunham uma educação pública e gratuita para todas as crianças, exigências do próprio

Partido Operário Alemão (MARX; ENGELS, 1992). Em Gramsci, a autora compreende a hegemonia como uma relação educacional: “a educação equivale às operações fundamentais da hegemonia “[...] toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (CAMINI, 2010, p. 53). Deste modo, acrescenta ainda o postulado de István Mészáros (2005) ao prescrever que a educação é um instrumento de pressão para romper com a lógica mistificadora do capital.

Quanto ao papel do Estado na constituição das políticas públicas, Camini (2010) explicita na sua obra, as conceituações de política social, política educacional e políticas públicas. Para ela, uma política pública se constitui a partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade e, nesse locus, exige a atuação do Estado numa política pública específica “são as políticas públicas que dão visibilidade e materialidade ao Estado e, por isso, são definidas como o Estado em ação” (2010, p. 56), são fruto de uma ação humana, grupos sociais, e estes apoiarão para que suas demandas sejam atendidas e inseridas na agenda do governo. Sendo a educação uma política pública, a autora esclarece por meio de István Mészáros (2005) que *é preciso romper com a lógica do capital*, como destacamos na epígrafe acima.

Na apreensão de como se desenvolve a construção de políticas públicas no Brasil, a autora apresenta com clareza de detalhes a história e a problemática do federalismo, caracterizado pela “não-centralização, isto é, pela difusão de poderes de governo entre muitos centros, cuja autoridade não resulta da delegação de um poder central, mas é conferida por sufrágio popular” (CAMINI, 2010, p. 61).

No segundo capítulo, analisa o movimento do capitalismo nos anos 90 na consolidação de estratégias para a superação da crise. Camini compreende a reforma do Estado e as influências das agências internacionais na definição da agenda para a política social dos governos nacionais e a materialização dessa política nas leis concretizadas. Discute que a crise e o movimento do capital sob o período denominado de *mundialização do capital*, termo cunhado por François Chesnais (1996), propiciou um movimento de reformas na educação por meio de políticas de ajustes estruturais econômicos. Há, portanto, nessa fase do capitalismo, uma correlação entre economia e política, que desencadeia um processo de minimização das forças contrárias, porém, Mészáros (2003) instiga para a necessidade de militarização contra essas forças, elas enquanto contradição devem ser superadas e substituídas por um novo estágio histórico mais avançado da luta de classes.

Camini (2010) afirma em suas análises que o Brasil ingressou na década de 1990 fragilizado em meio ao capital volátil, flexível e capaz de ultrapassar fronteiras tão rapidamente sem preocupar-se com as mazelas sociais (p. 85). Houve um agravamento da miséria e um total desmantelamento das políticas sociais, decorrentes dos cortes públicos e desemprego desencadeados por privatizações das empresas estatais, métodos de modernização administrativa, padronização de currículo, sistema de avaliações e controle (p.91). O neoliberalismo representou uma estratégia hegemônica para responder à crise, ao avanço tecnológico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes, foi uma reação de duplo movimento: a) enfrentamento da crise, e; b) ampliação dos níveis de lucro.

Quanto à política educacional no governo Olívio Dutra (1999-2002), tratada no terceiro capítulo, Camini mostra a situação das finanças públicas, o contexto da política de privatização e de incentivos fiscais, de redução de investimentos desenvolvida no governo anterior do Rio Grande do Sul. Apresenta ainda a proposta de uma matriz tributária com vistas a ampliar a capacidade de investimentos do Estado na área social. E ao fim do capítulo, descreve a estrutura e o quadro educacional encontrado na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul em diversas etapas e modalidades da educação básica e na formação e valorização profissional dos trabalhadores em educação.

A opção de governo na gestão de Olívio Dutra foi pautada na Democracia Direta e no Orçamento Participativo (OP). No âmbito da educação institui-se o movimento Constituinte Escolar (CE), uma forma de construção da democracia participativa, que atuava também no orçamento participativo. Muitos foram os conflitos, disputas para colocar em prática as diversas instâncias democráticas e concretizar os objetivos. Como revela a autora, a participação popular na construção das políticas públicas “deparou-se com interesses arraigados na sociedade” (p.146) por oposições como a Assembléia Legislativa, lideranças das regiões, partidos de oposição, a mídia, Federação da Agricultura, Federação das Indústrias e algumas prefeituras, como também por medidas oriundas da política nacional, do Estado Central, instituída no governo FHC.

No último capítulo, Camini apresenta suas conclusões e busca compreender os movimentos, avanços e retrocessos na política educacional no período em que atuou na secretaria da educação. A

reforma do estado e sua redefinição com o desenvolvimento de mecanismos pautados nos ajustes estruturais neoliberais para a liberação do mercado visou “desimpedir e desregular a acumulação do capital” (p. 236). O fato dos estados subnacionais serem considerados apenas coordenadores e meros repassadores de recursos fez com que a gestão do governo encontrasse muitas dificuldades para programar políticas regionais, “de planejar e coordenar os programas sociais de forma regional e mais igualitária” (p. 237).

Na área da educação vivenciaram-se situações de limitações e contradições, com embates decorrentes no próprio Sindicato de Professores e também no Parlamento gaúcho. A vivência do Orçamento participativo na educação e o exercício da democracia proporcionaram avanços nos processos políticos pedagógicos, como a Constituinte Escolar e a Gestão Democrática da Escola Pública. “Pode-se dizer que se traduziram em exercícios de democracia direta que proporcionaram simultaneamente a aprendizagem, na medida em que há o debate, as contribuições teóricas, a busca de aprofundamento e a construção de propostas a serem viabilizadas” (p. 256).

Ao final de todo processo de luta por uma gestão democrática, o que se pode levar consigo diante de um enfrentamento a favor da luta pela escola pública é uma aprendizagem com avanços e limites. A reflexão teórico-prática sobre o processo de construção e efetivação da política educacional, particularmente para autora, significou na certeza de que a “defesa da escola pública de qualidade que [...] permanece na agenda das lutas sociais por direitos e pela democratização dos

investimentos públicos na esfera do Estado”, tarefa exclusiva de uma transformação social que deve ser ampla e emancipatória. Ao final da leitura, somos instigados a pensar que se estivéssemos no lugar da militante, qual seriam as nossas ações, como reagiríamos aos impasses? Incentivo você, intelectual orgânico, a ler essa experiência também!

Referências

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

MARX, Karl. **Crítica Del Programa de Gotha**. Tradución al espanol. Editorial Progreso. Móscu, URSS, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Moraes, 1992.

MÉZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

* **JANI ALVES DA SILVA MOREIRA** é doutoranda em Educação (UEM) e professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação (UEM)